



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília (DF), 13 de junho de 2016.

**Discurso de Ilan Goldfajn na cerimônia de transmissão do cargo de
Presidente do Banco Central do Brasil.**

Exmo. Ministro Henrique Meirelles, aqui representando o Exmo. Senhor Presidente da República, Michel Temer, e na pessoa de quem cumprimento os Ministros de Estado e as autoridades do Poder Executivo.

Prezado Alexandre Tombini, na figura de quem cumprimento os ex-presidentes, ex-diretores, diretores e servidores do Banco Central.

Ilustres representantes das instituições e das entidades representativas do Sistema Financeiro Nacional.

Senhoras e senhores representantes da imprensa e demais convidados.

Quero começar expressando minha satisfação e honra em poder servir ao país no cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Agradeço ao Ministro Henrique Meirelles pela confiança em mim depositada e ao Presidente Michel Temer pela indicação, que me proporciona essa oportunidade ímpar.

Sinto-me especialmente gratificado por poder retornar a esta Casa treze anos após o fim de meu mandato como Diretor de Política Econômica.

Quero começar deixando claro qual é o nosso compromisso principal. Nessa nova e desafiadora jornada, perseguirei um único e claro objetivo: cumprir a missão do Banco Central do Brasil. A clareza e a concisão dessa missão aumenta o poder de sua mensagem – “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”.

Nesse sentido, entendemos o mandato de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda como perseguir uma inflação baixa e estável. Dessa forma, mantendo inflação baixa e estável, contribuiremos para a recuperação do crescimento econômico sustentável, tão necessária no momento, e para o progresso social do país.

Essa é a primeira grande contribuição que o Banco Central pode dar para toda a sociedade brasileira, especialmente para as camadas sociais menos favorecidas, que sofrem mais com a perda do poder de compra da moeda.

Quero destacar que a importância de se manter um nível baixo de inflação reside no fato que se trata de um bem público da maior relevância, conquistado

pela sociedade há mais de vinte anos, após um longo período inflacionário ao qual ninguém quer ou admitiria retornar.

Dizer que um nível baixo e estável de inflação é um bem público não é uma figura retórica, pois se trata de fato de um bem não-rival e não-exclusivo, que significa que o bem-estar social proporcionado pela manutenção do poder de compra da moeda beneficia igualmente a todos os cidadãos brasileiros, sem que o benefício de um reduza o do restante da população.

Não há crescimento sustentável e bem-estar social duradouro sem inflação baixa e estável. Pelo contrário, a literatura econômica já refutou por diversas vezes o falacioso dilema entre a manutenção de inflação baixa e crescimento econômico.

Nossa história recente bem demonstra que níveis mais altos de inflação não fomentam o crescimento econômico, pelo contrário, desorganizam a economia, inibem o investimento, a produção e o consumo e impactam negativamente a renda, o nível de emprego e, por fim, o bem-estar social.

A manutenção de um nível baixo e estável de inflação reduz incertezas, eleva a capacidade de crescimento da economia e torna a sociedade mais justa, por meio de um menor imposto inflacionário, um dos mais regressivos.

O regime de metas para a inflação é um robusto arcabouço de política monetária que já provou sua confiabilidade e eficácia nos mais diferentes cenários, mesmo em situações de estresse, no Brasil e no resto do mundo.

Particpei ativamente da implantação desse regime no Brasil, quando fui Diretor de Política Econômica, de 2000 a 2003, de modo que conheço não apenas seus princípios, mas a prática do seu funcionamento em nosso ambiente econômico.

Nesse regime, o objetivo é cumprir plenamente a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, mirando o seu ponto central. Os limites de tolerância estabelecidos servem para acomodar choques inesperados na inflação, que não permitam a volta ao centro da meta em tempo hábil.

Enquanto a inflação retorna ao centro da meta após eventuais choques, é fundamental o gerenciamento das expectativas no sistema de metas, fator-chave de sucesso para esse regime. É importante que as expectativas indiquem no presente uma trajetória que preveja a convergência para o centro da meta em futuro não muito distante.

Tendo em conta que o único alvo a ser perseguido pela autoridade monetária é o centro do intervalo definido pelo Conselho Monetário Nacional e a importância do adequado gerenciamento de expectativas, quando ocorrerem raros, fortes e infrequentes choques que levem a inflação para fora do intervalo de confiança da meta, é relevante que a trajetória de convergência ao centro da meta seja ao mesmo tempo desafiadora e crível.

Um elemento essencial da política monetária, e do regime de metas de inflação em particular, é a comunicação contínua com a sociedade por meio dos canais formais do Banco Central. Essa comunicação precisa ser simples, direta e concisa de modo a transmitir da melhor forma a visão do Banco Central, inclusive as incertezas quanto à perspectiva de diferentes trajetórias para a conjuntura econômica. A comunicação do Banco Central precisa também deixar claras as condições necessárias para as perspectivas apresentadas.

A outra importante contribuição do Banco Central à sociedade é a manutenção de um sistema financeiro sólido e eficiente, capaz de prestar serviços adequados à população, de permitir o gerenciamento de riscos financeiros de consumidores e de empresas, e de intermediar recursos com eficácia entre poupadores e tomadores, entre outras funções.

Visto de modo mais amplo, trata-se de outro bem público inestimável para a nação, que pode ser traduzido na manutenção da estabilidade financeira do país.

Para proteger esse bem, o Banco Central conta com uma regulação prudente e com uma supervisão abrangente e profunda, reconhecidas por sua eficácia e sucesso, conforme foi demonstrado no passado e o tem sido no presente.

Nesse sentido, há duas dimensões na manutenção e aprimoramento do sistema financeiro no curto, médio e longo prazo.

A primeira dimensão é a resiliência do sistema. O sistema financeiro se encontra sólido, líquido e bem capitalizado. Nossa tarefa, mesmo frente a cenários por vezes desafiadores, será manter a solidez e a resiliência desse importante setor da economia.

Tenho a consciência da importância das áreas de regulação, de autorização e de supervisão para a preservação dos atuais níveis de solidez e de resiliência do Sistema Financeiro Nacional. À frente do Banco Central, trabalharemos para aprimorar continuamente a atuação dessas áreas, de forma equivalente para bancos públicos e privados.

A segunda dimensão é o trabalho contínuo do Banco Central – em conjunto com outras instituições – de aprimorar o sistema financeiro, corrigindo distorções que reduzem sua eficiência e simplificando as regras. Os objetivos são melhorar e reduzir o custo da intermediação dos recursos da sociedade, elevar a poupança na economia, principalmente de longo prazo, e aumentar a eficiência da política monetária, reduzindo os custos das ações do Banco Central.

Para o desempenho dessas funções, considero ser fundamental manter e aprimorar a autonomia do Banco Central. Não se trata de ambição ou desejo pessoal, mas de medida que beneficia a sociedade mediante a redução das expectativas de inflação, da queda do risco país e da melhora da confiança, essenciais para a retomada do crescimento de forma sustentada.

Ciente da importância do funcionamento harmônico e complementar das instituições brasileiras, o Presidente Michel Temer, na recente reforma da estrutura administrativa do Governo Federal, estabeleceu como requisito para a retirada da condição de ministro do presidente do Banco Central a aprovação de uma emenda constitucional que sedimente, na Carta Magna, a autonomia operacional (ou técnica) desta Autarquia para perseguir os objetivos estabelecidos pelo governo e que façam parte do seu mandato, como as políticas monetária e cambial e a estabilidade do sistema financeiro. Para esse fim, será relevante também discutir, com o restante da equipe econômica, a autonomia orçamentária do Banco Central.

O Ministro Meirelles, conforme mencionou há pouco, tem liderado esse esforço para aprovação desse novo marco constitucional da autonomia da Autoridade Monetária.

Senhoras e senhores,

Como destacou o presidente Tombini em seu pronunciamento, o cenário atual é desafiador, com níveis de instabilidade econômica e política superiores às médias históricas.

De fato, a situação econômica exige grande atenção. Atravessamos a pior recessão da nossa história, com desemprego em alta e relevante desafio fiscal. Há problemas conjunturais e dificuldades estruturais. A incerteza econômica paralisou o investimento e sequestrou a esperança de muitos.

Ao mesmo tempo, nos encontramos em ambiente internacional desafiador. O período de ventos favoráveis na economia global ficou no passado – ora há dúvidas sobre o crescimento global, ora teme-se o fim da era de juros nulos ou negativos, pelo menos nos Estados Unidos.

Mas tenho absoluta confiança na reversão do atual quadro interno.

Há que se buscar uma economia mais produtiva, competitiva e justa. Uma economia que volte a crescer e a criar empregos. Uma economia que o Brasil precisa e merece.

Para recuperar a economia, ela precisa ser gerida de forma competente, responsável e previsível. Só assim poderemos estimular o investimento e o crescimento.

Os esforços atuais e as políticas recém-anunciadas têm a direção correta, o que já tem permitido o início da recuperação da confiança, essencial para a retomada do crescimento.

A credibilidade das políticas e dos gestores é essencial, em especial neste momento.

O governo está claramente imbuído do esforço de levar à frente reformas estruturais que, a partir de amplas negociações na sociedade, terão a

capacidade de alterar definitivamente o ambiente no país, com profundos e duradouros benefícios para a população.

Mais especificamente, no que tange à política fiscal, a equipe econômica está consciente e mobilizada para devolver ao país a credibilidade fiscal perdida nos últimos anos.

A atuação harmônica e autônoma entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central será um fator-chave de sucesso para a recuperação econômica sustentável que todos queremos ver à frente.

Senhoras e senhores,

É importante destacar que a eficiência da política monetária do Banco Central será tanto maior quanto mais bem-sucedidos forem os esforços na implantação de reformas e na recuperação da responsabilidade fiscal.

Considero haver praticamente consenso de que é preciso substituir os efeitos ainda presentes da chamada Nova Matriz Econômica pelo velho e bom tripé macroeconômico formado por responsabilidade fiscal, controle da inflação e regime de câmbio flutuante, que permitiu ao Brasil ascender econômica e socialmente em passado não muito distante.

Do lado do Banco Central, apoiaremos esse esforço pela via do controle da inflação, que ajudará na redução do risco país, na recuperação da confiança e na retomada do crescimento, e pelo respeito ao regime de câmbio flutuante vigente, que tantas vezes mostrou seu valor para o enfrentamento de crises externas no passado e para o equilíbrio interno e externo da economia brasileira.

Sem ferir o regime de câmbio flutuante, o Banco Central poderá utilizar com parcimônia as ferramentas cambiais de que dispõe. Nesse sentido, poderá reduzir sua exposição cambial em determinado instrumento em ritmo compatível com o normal funcionamento do mercado, quando e se estiverem presentes as adequadas condições.

Minha maior confiança para enfrentar esses desafios reside na competência e na dedicação dos servidores do Banco Central. Afirmo isso com tranquilidade e

confiança, pois quando aqui estive, como Diretor, testemunhei reiteradamente a eficiência e o comprometimento dos quadros dessa Autarquia.

Agradeço a todos os servidores do Banco Central pelo apoio que tive àquela época e pelo que certamente terei nessa nova posição.

Quero também agradecer aos presidentes durante minha última passagem por essa Casa, Armínio Fraga e Henrique Meirelles, pelos ensinamentos profundos.

Agradeço também aos colegas diretores que me acompanharam à época, pela rica convivência até hoje.

Quero ainda agradecer ao meu antecessor, Alexandre Tombini, pela dedicação e espírito público demonstrados à frente do Banco Central nos últimos anos.

Agradeço à minha família por aceitar embarcar comigo nesse desafio e, de antemão, pela paciência e compreensão no futuro próximo.

Obrigado.